

Economia



EMBRAER AVANÇA

Eve conclui testes com 'carro voador'

Empresa planeja iniciar as operações comerciais com aeronaves em 2026



PARA
ACESSAR
APONTE
O CÍRCULO
PARA
O QR CODE

ARCABOUÇO FISCAL

TRAVA DE GASTOS

Nova regra veta reajuste de servidor e concursos se meta não for cumprida

MANOEL VENTURA, VICTORIA ABEL E RENAN MONTEIRO
economiaregistro.com.br
BRASÍLIA

Após um dia de intensas negociações, o relator do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), inseriu uma série de "gatilhos" no texto, ou seja, medidas de correção automática de despesas, caso a meta para as contas públicas não seja cumprida. As mudanças foram anunciadas após reunião com líderes da Câmara, na noite de ontem.

Cajado, em caso de descumprimento da meta por um ano, haverá proibição de criação de cargos, de reajuste de despesas obrigatórias, criação ou aumento de auxílios e concessão ou ampliação de benefício tributário, entre outras medidas. A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, as despesas com a política de valorização do salário mínimo e os reajustes do Bolsa Família ficarão de fora dos cortes.

—O salário mínimo e Bolsa Família são excepcionalizados. O Bolsa por ser uma despesa obrigatória, o salário mínimo porque houve acordo — disse Cajado.

ACORDO CONTRA EMENDAS
As regras ficam mais duras em caso de descumprimento por dois anos consecutivos. Se isso ocorrer, além de todas as medidas anteriores, são disparados gatilhos que proíbem reajuste de salário, admissão de pessoal e realização de concurso público. Caso as metas voltem a ser atingidas, as medidas deixam de valer.

Na reunião, ficou decidido que a urgência do projeto do novo arcabouço fiscal será votada no plenário da Casa até amanhã. Se passar pela votação, o projeto vai direto ao plenário, sem precisar passar por debates em comissões específicas para o tema. A votação da proposta em si deve ficar para a semana que vem.

Projeto prioritário do governo, o arcabouço fiscal irá subs-



Relatório finalizado. Após intensa negociação, o relator do novo arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado, entregou o texto final do projeto a ser votado na Câmara

tituir o teto de gastos, que impede o crescimento das despesas acima da inflação do ano anterior. A nova regra permitirá o crescimento dos gastos acima do índice de preços, mas isso dependerá do comportamento das receitas.

Cajado inseriu novas despesas dentro da regra fiscal, além do que estava previsto no projeto do governo. Ele colocou dentro da nova regra as despesas do Fundeb (fundo da educação básica), da subvenção federal ao piso da enfermagem para estados e municípios, do Fundo Constitucional do DF e da Agência Nacional de

Águas (ANA). Essa medida, na prática, amplia a base de gastos do governo.

Por outro lado, Cajado criou uma nova exceção: gastos com escolas militares (naquelas em que são cobradas mensalidades) ficam fora da nova regra.

Cajado afirmou que já ficou negociado entre os partidos que não serão apresentadas propostas de emendas (sugestões de alterações para serem votadas separadamente) ao texto do arcabouço:

— Está mais ou menos encaminhado que não deva ter apresentação de emendas, nem destaques, porque houve um acordo aqui.

O que está previsto no projeto

> Se as metas não forem cumpridas no primeiro ano, ficam proibidos:

- > Criação de cargos, empregos ou função que implique aumento de despesa
- > Alteração na estrutura de carreira que implique aumento de despesa
- > Criação ou majoração de auxílios
- > Criação de despesas obrigatórias
- > Reajuste de despesas obrigatórias, à exceção do salário mínimo

> Concessão ou ampliação de benefício tributário

> Se as metas não forem cumpridas por dois anos consecutivos, ficam proibidos:

- > Todas as medidas anteriores
- > Aumento e reajuste de pessoal
- > Admissão de pessoal
- > Realização de concurso público

> Cumpridas as metas, as medidas serão revogadas

O relator afirmou que os deputados estão cientes de que essa é a lei mais importante do ano:

— Todos os acordos são no sentido de ter credibilidade das contas públicas.

Com a disponibilização do texto na íntegra, as bancadas poderão sugerir mais modificações. Cajado afirmou que vai ter uma nova rodada de conversas com os partidos nesta semana.

— Se houver acordo sobre outros pontos, não teria problema em acatar — afirmou.

Em reunião mais cedo com ministros e lideranças petistas, no Palácio do Planalto, o presidente Lula afirmou que não aceitará oposição do PT ou um racha do próprio partido durante as votações de tramitação do projeto. O presidente chegou a dizer, segundo interlocutores, que "quem dá trabalho é a oposição, não o partido do governo".

Nos últimos dias, parlamentares do PT vinham pressionando por mudanças no texto e sugerindo emendas ao projeto. Para uma emenda ser votada separadamente durante análise de um projeto na Câmara, é preciso que o líder do partido faça um destaque no plenário. O líder do PT na Casa, Zeca Dirceu (PR), já havia afirmado que não faria destaques ao texto.

SANÇÃO EM VEZ DE PUNIÇÃO

Para 2024, a meta é zerar o déficit público. Em 2025, a expectativa é de um superávit de 0,5% do PIB. No ano seguinte, um superávit de 1% do PIB. Há críticas entre especialistas e parlamentares de que não haveria medidas para garantir essas metas. Por isso, Cajado passou a desenhar medidas para restringir novos gastos.

As travas propostas substituem uma punição criminal ao presidente da República e aos gestores federais que descumprirem a meta fiscal.

Para o relator, a criminalização faz o gestor propor metas que não sejam ambiciosas. Hoje, é crime de responsabilidade descumprir metas, mas elas são frouxas ou alteradas ao longo do ano.

— Uma coisa é você fazer as sanções de gestão, outra é você criminalizar o gestor. A criminalização está descartada — disse Cajado.

Mais tarde, à GloboNews, Cajado fez um balanço do relatório apresentado:

— Não ficou draconiano nem sem sanções.

Dólar atinge menor patamar desde junho de 2022

Divisa fecha em R\$ 4,88. Com expectativa de divulgação do novo marco fiscal, Bolsa atinge maior nível desde fevereiro deste ano

LETICIA CARDOSO
leticia.cardoso@oglobo.com.br

O dólar comercial encerrou ontem no menor valor em relação ao real em quase um ano. Com queda de 0,73%, a divisa atingiu R\$ 4,8876, o menor patamar desde junho de 2022. No ano, acumula perda de 7,4%.

A entrada de capital estrangeiro no país ainda ajudou o Ibovespa, principal índice da Bolsa, a subir 0,52%, chegando ao nível mais alto desde fe-

vereiro: 109.029 pontos. Segundo analistas, contribuíram para o resultado o otimismo no exterior diante das negociações sobre o teto da dívida nos EUA e a expectativa pela divulgação do novo arcabouço fiscal brasileiro, com regras mais rígidas para gastos da União.

Armando Spiandorello, sócio da Ável Investimentos, lembra que a autorização ou não para o aumento do teto da dívida federal dos EUA, a maior economia do

mundo, afeta os mercados de outros países:

— O governo americano poderia ficar inadimplente a partir de junho, o que poderia desencadear sérias consequências nos mercados financeiros.

'COMMODITIES' AJUDAM

No cenário doméstico, Alexandre Nishimura, economista e sócio da Nomos, destaca que a possibilidade de endurecimento do arcabouço e criação de mecanismos

que obriguem o governo a cumprir as regras tem agradado aos investidores.

Bruno Komura, analista da Ouro Preto Investimentos, concorda. Embora o último resultado da inflação tenha adiado as perspectivas de corte de juros, ele acredita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa aceitar mais restrições, desde que não afetem o salário mínimo:

— É provável que tenhamos mais mecanismos para segurar o aumento das des-

pesas — diz Komura.

Para Enrico Cozzolino, sócio e head de análise da Levante Investimentos, a estabilidade macroeconômica favorecida pelo arcabouço pode ajudar na retomada do consumo e empresas de varejo, o que levaria o Ibovespa na direção dos 114 mil pontos.

Na esteira da alta do minério de ferro na China, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Vale subiram 1,44%, a R\$ 69,06. — A alta das commodities

puxou o Ibovespa para cima — diz Andressa Bergamo, sócia-fundadora da AVG Capital. — Mas a Petrobras, que mostrou performance relevante no balanço e que continua com uma política de dividendos atrativa, caiu após anunciar que pretende mudar sua política de preços.

Mesmo com a alta de 1,43% do petróleo tipo Brent no exterior, os papéis preferenciais (PN, sem voto) da estatal fecharam em queda de 2,25%, a R\$ 25,66.

— Quanto mais interferência nos preços da companhia, mais desconfortável ficam os investidores — alerta Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha Investimentos.